



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

7.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Presidente: Exmo. Sr. Ivo Mendonça

Secretário: Exmo. Sr. Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 10 horas.

No quadro da análise na especialidade, a 3.ª Comissão Especializada Permanente deu continuidade à apreciação, na especialidade, das propostas de lei n.ºs 25 e 26/X/7.ª/2017 – Proposta de lei sobre as Grandes Opções de Plano e Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2018, com o orçamento

do Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente. Fizeram uso da palavra, o Sr. Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (Carlos Vila Nova) e os Srs. Deputados Mário Fernando (ADI) e Joaquim Salvador (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 11 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Ação Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Ivo Mendonça da Costa

Joaquim Salvador Afonso

Mário Fernando de Jesus Rainho

O Sr. **Presidente**: — Peço aos serviços para convidarem o Srs. Ministros a entrarem na sala, se faz favor.

A todos muito bom dia e sejam bem-vindos à nossa Casa Parlamentar.

Sr. Ministro de Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, gostaríamos que o Sr. Ministro tecesse breves considerações sobre o sector.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente** (Carlos Vila Nova): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom dia.

O Ministério de Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, espelhado aqui nesta proposta de orçamento, elencado em diferentes rubricas, um conjunto de acções a serem executadas ao longo desse exercício fiscal. Algumas das acções são de continuidade, para a conclusão das obras Refiro-me às obras do tipo do muro de protecção da estrada em frente ao CKdo, refiro-me ao sistema de abastecimento de água, ao muro de protecção costeira de S. Gabriel. Bom, tudo isto está enquadrado, por serem obras de conclusão e de continuidade, para o pagamento. Mas também tomamos como base apresentar a nossa proposta às acções decorrentes daquilo que foi o orçamento de cidadão. Portanto, o nosso contacto a nível do Governo com as populações permitiu que identificássemos um conjunto de necessidades que ao longo desses anos foram sendo executadas e agora aquelas que ainda não tinham sido executadas e de acordo com as suas prioridades. Então elencamos aqui. Tanto é que se nota, de facto, que entramos um bocado no coração dos problemas das populações, nalguns casos. Eu dou o exemplo do caso concreto da estrada de Ponte Graça a Mulundo. É uma daquelas que ninguém se lembra que está aí, não me vem agora o nome, de 5 às 5, no Riboque, lá para baixo, Lucumi. São daquelas que rapidamente a gente se esquece e não faz. Então, este conjunto de coisas está aqui elencado.

É preciso dizer que priorizamos, desta vez, no Programa de Investimentos Públicos, estradas em maior número, mas também vamos continuar a desenvolver a extensão energética, portanto, levar energia àquelas localidades mais distantes que não tinham. Há dois corredores que estão claramente identificados aqui, o corredor eléctrico Santa Luzia/Água Clara/Água Sampaio e o corredor de Anselmo Andrade/Claudino Faro. Portanto, vamos continuar a fazer e manter, em termos de manutenção e de produção de toda energia necessária para alimentar o País. Temos isso aqui e vamos continuar a fazer.

No sector da água, também vamos continuar a desenvolver novos sistemas de abastecimento de água, com particular destaque, este ano, para o sistema de abastecimento de água de Santana e Água Izé, que já está em concurso, onde vamos fazer a abertura das propostas, para início da avaliação, e decidir quem vai executar as obras, no dia 28 de Fevereiro deste ano.

Portanto, de forma resumida, é o que temos a propor aos Srs. Deputados, para apreciar e aprovar.

Obrigado Sr. Presidente.

Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro.

Srs. Deputados, alguma pergunta ou preocupação?

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernando, para uma intervenção.

O Sr. **Mário Fernando** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, ilustres colegas Deputados, bom dia.

Sr. Ministro, ainda no quadro das estradas, ouvi a sua explanação, temos o caso pendente, a título de exemplo, do Distrito de Caué, a estrada que dá acesso ao Cemitério. É uma obra que já teve o seu início e não chegou à conclusão, por um lado.

Por outro lado, vou ser um pouco mais extensivo. Falou aqui, mesmo dentro da cidade, deu como exemplo a estrada de Mulundo, Lucumi a Riboque, mas há também um pequeno troço o Bairro Quilombo a atrás da Cadeia. É um troço também que merece uma atenção. E isso também não se afigura no OGE deste ano. Sabemos que o Governo está muito limitado. Entretanto, é preciso dar uma atenção também. Se não for para este ano, é bom começar já a pensar nisso, estou a referir-me à Estrada Nacional nº 2, o troço

que sai de Agripalma a Porto Alegre. Aquela estrada está numa situação um bocado crítica, com tendência a piorar. Portanto, tendo em conta o tipo da zona, passou a ser uma zona preferenciada pelos turistas, é um potencial e então era bom que se fizesse atenção a isso, porque isso tem provocado uma enorme insatisfação, sobretudo para a população de Monte Mário e Porto Alegre. Os taxistas cobravam 40 dobras por pessoa. Tendo em conta o tipo de estrada, têm tido muitos prejuízos nas viaturas e então aumentaram o preço, agora está a 70 dobras, o que tem causado transtornos. Economicamente não é viável, as pessoas lá de cima já têm o seu problema, um rendimento baixo, e assim encarece tudo outra vez.

Portanto, no âmbito da energia desculpa, estar sempre a focar em Caué, mas é a parte onde eu mais sinto isto, há a promessa do Governo, desde o ano passado, em electrificar a zona de Monte Mário. Monte Mário, como sabem, dista cerca de 50 quilómetros da cidade capital, tem uma população que já justifica energia. Muitos jovens têm estado a vir para a cidade capital, provocando o êxodo rural. E a política do Governo é precisamente o contrário. Com a instalação da energia eléctrica, notou-se uma grande melhoria no Distrito de Caué, sobretudo em Malanza, nota-se mesmo que já há um grupo de pessoas que tinha vindo para a cidade, mas que já começou a regressar e ocupar o seu espaço no Distrito. Era bom que conseguíssemos estender a energia para as regiões de Monte Mário, Praia Pesqueira e Yô Grande.

Por enquanto são essas as minhas preocupações.

Eu sei que o Governo está limitado, isso está no programa, mas o OGE que temos cá é um instrumento indicativo. O Governo nem sempre consegue cativar os fundos que estão cá, porque dependemos muito do financiamento externo e era bom que metesse isso na sua actividade.

E há um caso também que tem a ver com a ponte que liga Ribeira Peixe Praia a Ribeira Peixe Sede. Está numa situação complicada e de risco mesmo para as crianças. As crianças são obrigadas a irem para a escola, atravessando o rio. Na época chuvosa, é muito arriscado. Já houve dois ou três acidentes, mas graças a Deus, felizmente, não houve vítimas. Há crianças que deixam de ir para as aulas, quando há cheia. Portanto, é neste sentido que eu solicito que coloque também essa preocupação, no quadro das prioridades das prioridades, que conseguisse fazer isso. A população de Caué agradeceria.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado Mário Fernando.
Tem a palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Sr. Presidente, relativamente à estrada do Cemitério de Angolares, é uma estrada que vai ser retomada, porque, à semelhança da estrada para o cemitério de Santo Amaro, à semelhança da estrada de Conde, Gleba, a tipologia em calçada fazia com que tivéssemos que fazer por fases. Então, neste orçamento, entramos numa terceira fase e todos esses troços vão ser retomados. Angolares, creio que entra na segunda fase, mas Conde, Gleba e Cemitério de Santo Amaro estão já na terceira fase, e vamos retomar. Estamos mesmo só à espera da aprovação do orçamento, para retomarmos essas actividades. Portanto, aí está contemplado.

O troço Agripalma a Porto Alegre, vamos tudo fazer. Lembro-me que no ano passado até quase que tínhamos o concurso preparado para ser lançado, mas já estávamos no final do ano e não podíamos. Pode ser contemplado aqui na rubrica reabilitação do troço de estradas. Então, poderemos ver como é que vamos fazer. Eu não estou a dizer que vamos priorizá-la, para ser das primeiras, mas ela pode ser enquadrada aqui nesta rubrica e também veremos, tecnicamente, as condições que temos e a captação dos recursos financeiros também para fazer.

A energia de Monte Mário, se não fossem alguns condicionalismos que às vezes vivemos no País, era bem provável que no Natal essa população já teria tido energia, com a construção de uma central isolada, mas faltavam equipamentos no País, postes, sobretudo, para a implantação e transporte de linhas e cabos. Neste momento, a EMAE encontra-se orientada e dedicada a trabalhar na aquisição dos postes, para avançarmos. Eu creio que das primeiras actividades a serem retomadas é a electrificação de Monte Mário. Praia Pesqueira e Yô Grande estarão num programa mais amplo, em que estamos a trabalhar directamente, ao nível do Governo, para vermos aqueles corredores todos que faltam, quais estarão na primeira fase e quais poderemos fazer. Praia Pesqueira, Yô Grande, bem como localidades, nomeadamente, Pedroma e San Nicolau. Tudo isso faz parte de um programa no qual estamos a trabalhar, para ver a possibilidade e a viabilidade para fazer. É certo que, se calhar, no final do ano, não se pode fazer todas, mas faremos, certamente, algumas delas.

A estrada de atrás de Cadeia, não estou sinceramente a ver, mas de igual modo poderíamos tentar ver o que é que se pode fazer, se ela, de facto, se enquadra naquelas condições de prioridades e de captação de recursos financeiros.

Eu sei que há um troço que também já dura há bastante tempo, mas que todos os anos tem-se tentado e não se tem conseguido, que é mais ou menos da Imprensa para portões laterais do HB. Não sei se é essa estrada que está a referir ou se é uma outra.

O Sr. **Mário Fernando (ADI)**: — Sim.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — É esta? Ok. Então, teremos que continuar a ver. Ela não está descrita aqui na proposta do orçamento, mas ao longo da execução do próprio orçamento poderemos ver como lidar com essas questões.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador, para uma intervenção.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, bom dia.

Na esteira da preocupação levantada aqui pelo Deputado, também venho eu, Sr. Ministro, depois de ouvir a grande explanação e também convencido de que o documento que estamos a discutir traz propostas que têm a ver com contenção, como foi dito aqui ontem. Entretanto, cabe-nos ressaltar algumas preocupações.

Sr. Ministro, temos o item 48-19 que fala de reabilitação, construção da estrada Sporting/Potó Potó. Primeiramente, é de agradecer, porque de facto é uma preocupação que esta população já traz há muito tempo e vê-la agora, portanto, em vias de ser resolvido é sinceramente algo de muita alegria. Mas quero estender essa preocupação, dizendo que, como aqui se refere, Sporting/Potó Potó, há algum espaço realmente que liga também ao Sporting. Estou a falar daquele pequeno troço que parte de Budo Budo à sede do Sporting. Portanto, essa ligação também é bastante preocupante, porque, uma vez feita a intervenção neste troço que parte de Sporting percorre todo o corredor de Potó Potó, não pode haver uma drenagem, se não dermos atenção àquela saída de Budo Budo. Como sabem, quando chove, toda água proveniente do Cemitério vai desembocar lá, e se não estiver aqui escrito, então vai dar-se o caso de fazer alguma coisa e depois voltar a pensar noutra. Eu acho que estaríamos a perder algum recurso. É uma questão de ver com o Sr. Ministro, se não estiver contemplado, pode-se tentar atribuir a todo aquele que for necessário para satisfazer.

A segunda preocupação, Sr. Ministro, tem a ver com a água. Falou grandemente sobre a questão de água. Todo o são-tomense, hoje, agradece obviamente este Governo por ter feito grande esforço em levar água potável para todos, esse bem que é muito importante, mesmo que ainda nem toda gente esteja ainda contemplada. É verdade, conhecemos as dificuldades, mas estamos a falar precisamente do Bairro do Hospital. É um bairro que tem um grande problema que preocupa não só aqueles que lá vivem, mas também todo são-tomense, porque, obviamente, quando essas gentes levantam e choram é São Tomé e Príncipe que escuta aquela lamentação. O Bairro do Hospital, não é porque não tem água, mas existe uma grande injustiça. Porque, a água que chega ao Bairro do Hospital, claro, é pouca, mas essa água é desviada só para as pessoas que têm grandes capacidades e a população, nos chafarizes, não tem água. O que nos leva a trazer essa preocupação é que depois que a população chora, 1, 3 ou 4 vezes, aí sim vai um técnico da EMAE e diz, porque estão a chorar, vamos abrir por 2 horas. É uma população que está em fase de crescimento, como todos sabemos, 2 horas para apanhar água, é sinceramente um filme que se faz lá. E muita gente fica, naturalmente, sem poder alcançar esse bem precioso. Daí que a minha solicitação, Sr. Ministro, é ver as possibilidades, e isso urge mesmo, de como poder repartir o que já existe lá, mesmo sendo pouco para servir a todos, mesmo racionalmente. Porque sabemos que haverá um grande projecto de abastecimento. Entretanto, agora há necessidade de dar uma grande atenção àquele bairro que está muito a precisar.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Joaquim Salvador.

Tem a palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Relativamente à intervenção do Sr. Deputado, tomei nota, sobretudo no que toca ao troço de estrada, que está inscrito. Isso mostra a preocupação que tivemos relativamente a este troço e espero bem que possa ser executado. Na sua execução, tomaremos em conta, na medida do possível, o que são os acréscimos ou os outros constrangimentos levantados pelo Deputado relativamente a este troço.

No que concerne à água do Bairro do Hospital, é uma preocupação, um problema que conhecemos muito bem e que se eu tivesse que falar aqui desse sistema de abastecimento para esta zona, se calhar não haveria espaço para mais nenhuma pergunta e o tempo não chegaria. Mas o que eu quero dizer aos Srs. Deputados é que é uma preocupação que temos e estamos a trabalhar para encontrar uma solução. É que muitas vezes a própria forma como nós, cidadãos, populações lidamos com essa questão da água é muito incorrecta. Tem a ver com o ambiente aí no Bairro do Hospital, é verdade. Nós temos um sector que é alimentado por um sistema que provém de nascente, que é Água Clara. Água Clara alimenta Mesquita, Oque del Rei, Bairro do Quartel, desce de Cruz Mami, abastece partes do Campo de Milho, o Hospital Central e o Bairro do Hospital. E neste troço todo, toda gente é importante, mas o Hospital Central é mais importante de todos, e temos que ter em conta. Chegamos ao ponto de algumas das vezes, quando se fala desses técnicos da EMAE, é abrir o próprio sistema de hospital para alimentar os chafarizes e criar outros

problemas. Portanto, o problema é muito mais complicado do que esse, mas nem vou entrar em muitos detalhes. Quando satisfazemos a nossa necessidade, quem vem a seguir não é nosso problema, o chafariz fica aberto, abandonado, partimos torneiras. Eu frequento muito a zona de Santo António, desço para o pé da Bomba, que está aqui nesta rua que passa do Estádio e eu vejo as dificuldades que as pessoas têm de abastecimento de água nesta zona. Por quê? Porque elas todas foram buscar o sistema de Santo António. Porque aquela zona não tem o sistema de abastecimento e é só olhar para dentro e ver os chafarizes, quando há água, estão todos abertos, porque nenhum tem torneira. Nenhum sistema de abastecimento aguenta isto, quando o sistema de Água Clara, que é de nascente, está neste momento a produzir apenas um terço da capacidade, quando se construiu o sistema. A população cresce, a necessidade aumenta e a produção diminui. Bom, aqui os Srs. Deputados querem ouvir soluções, não querem ouvir os problemas, mas se não conhecerem os problemas também não nos poderão ajudar a encontrar soluções. A verdade é esta. Temos em curso uma forma de ligar o sistema de Rio d' Ouro, que é um sistema de superfície, portanto da água do rio, um outro depósito, algures antes de Mesquita, para reforçar esse sistema e assim conseguimos minimizar.

Outra vantagem que vamos ter para a cidade capital e arredores, é quando entrar em funcionamento o sistema de Mé-Zóchi, portanto, o sistema de Milagrosa. Vai libertar o que são os abastecimentos que temos que fazer para o Distrito de Mé-Zóchi, a partir dos sistemas que alimentam a cidade de São Tomé. Haverá alívio, haverá mais produto para dar.

Esse trabalho de melhoria de água que já se nota, devo dizer que já se nota bastante zonas que há mes e meio não tinham água, durante muitos dias, hoje, ninguém diz que durante um dia, ou algumas horas não tem. Nós vamos continuar a fazer esse trabalho.

Tomo a devida nota dessa situação, para ver se conseguimos acelerar aquilo que é a nossa proposta de solução e resolver este problema para esta zona do Bairro do Hospital, que nos preocupa bastante.

Quanto ao Deputado Mário Fernando, tinha-me esquecido de referir. A ponte de Ribeira Peixe consta na nossa proposta de orçamento.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernando.

O Sr. **Mário Fernando** (ADI): — Sr. Ministro, eu tinha dito que a ponte de Ribeira Peixe constava, mas como eu sei que há prioridade das prioridades, de forma que isso não ficasse esquecido.

Outra questão, Sr. Ministro, como é do seu conhecimento, temos o GIME, que trata da gestão e manutenção de estradas. É um projecto que tem dado resultado. Se reparar nas nossas estradas, mesmo as pistas rurais que estavam em estado de abandono, foram recuperadas, através do GIME, quer à beirada da estrada mesmo a nível nacional, o que emprega um grande número de pessoas. No ano passado, o Governo não conseguiu honrar com todo o compromisso de pagamento das pessoas que fazem parte desse projecto, e é um número bem grande. No País, quando falamos que as pessoas estão desempregadas, esquecemo-nos de que essas pessoas também fazem parte daquelas que estão empregadas. Quando tivermos que contabilizar pessoas desempregadas, normalmente essas pessoas não deveriam constar da lista de desempregados, porque têm um salário mensal.

A minha questão é seguinte: se eu recorrer ao orçamento de 2017, o Governo tem na rubrica 29-23 da página 7 de 10, um orçamento de 10 mil milhões e não sei quantos, não estou a ver o valor, e mais uma rubrica 59-81 de 8 mil milhões de dobras. E o Governo não conseguiu honrar com o compromisso de pagar os salários, na íntegra, aos funcionários do GIME. Neste ano 2018, não sei se há outra página que eu não apercebi, a verdade é que aparece na página 8 de 10, na rubrica 29-23, um orçamento de apenas 7 mil milhões de dobras. Eu pergunto, com esse valor, vamos conseguir pagar os meses em atraso e honrar o compromisso de todo este ano? Portanto, é uma questão que lanço, porque parece ser muito pouco. O Governo corre o risco de voltar a meter-se em dívida com os trabalhadores do GIME.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Mário.

Tem a palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Sr. Deputado, não é pelo montante alocado no orçamento que se paga ou não, ou que se consegue executar o pagamento ao GIME. Aqui espelha o que é a intenção, o que são os recursos que poderemos mobilizar e conseguir para pôr à disposição. Bom, os GIME são muito importantes para o Governo, para o País. Sempre dissemos isso. Os Srs. Deputados também têm trabalhado connosco na manutenção desse grupo associativo que tem prestado bons serviços e que constitui uma força de mão-de-obra intensa. E eu queria aqui dizer que o Governo que mais alocou recursos, mais pôs à disposição, pôs mais verbas e pagou mais aos GIME foi este. Em 2015, de toda a história do GIME, ninguém tinha feito, ninguém atingiu o montante que atingimos. Se em 2017 não conseguimos, foi mesmo porque não se conseguiu mobilizar os recursos, não foi pela

inscrição da verba. Não conseguimos mesmo. Atingido um determinado período de execução orçamental, já não é possível mobilizar meios e não é possível executar. Foi por isso que aguardámos ansiosamente a aprovação deste orçamento, para então complementar o que está em falta e regularizar a situação dos GIME. Portanto, neste momento, o problema principal é a aprovação deste orçamento, para então fazermos. Isso foi explicado com regularidade e temos falado com a federação de membros que têm sido compreensivos, mas sabemos que, de facto, quando a pessoa não tem uma coisa que lhe é devida, incomoda. Mas a grande parte compreende e sabe que o Governo está comprometido com a causa do GIME, e disso eles não têm dúvida, vamos continuar a fazer.

O Sr. Ministro das Finanças também tem feito a sua parte, tem falado, tem explicado, sempre que pode, tem contribuído, tem posto à nossa disposição mecanismos para irmos resolvendo, mas infelizmente isto é suportado pelo tesouro público. Não conseguimos de outra forma fazer. Portanto, é um esforço muito grande para o erário público e estamos, como disse, decididos a manter, e vamos continuar. O nosso comprometimento é tão forte que temos estado a trabalhar, há cerca de 1 ano com Banco Mundial, de forma a criar uma nova estrutura do GIME, incluir que no sector do financiamento dos transportes possamos ter então este financiamento, recorrer ao Banco Mundial, para ter os GIME em funcionamento, à semelhança do que houve no passado com a união europeia, e assim sair do esforço do erário público do próprio tesouro, que como sabemos é alimentado com as contribuições de nós todos, e nem sempre conseguimos pôr essas contribuições em dia, para também termos o GIME em dia. Mas é um compromisso e vamos continuar a fazê-lo. Já demos provas mais do que suficientes de que este Governo é aquele que mais se entregou à causa do GIME, e vamos continuar a fazê-lo.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro.

Srs. Deputados, mais pergunta ao Sr. Ministro?

Não havendo mais perguntas, gostaria de colocar o microfone à disposição do Sr. Ministro, caso queira fazer algum esclarecimento sobre o seu ministério.

O Sr. O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Obrigado Sr. Presidente.

Apenas para dizer que trouxemos a esta Casa o que são as prioridades das prioridades. Estamos convencidos, também com a vossa compreensão, de que não temos aqui tudo que é necessário fazer para o País, mas o que está aqui como nossas propostas foram devidamente analisadas com as prioridades principais e vamos tudo fazer para conseguir executar da melhor maneira e para o bem da nossa população. Por isso, contamos com os Srs. Deputados, para no momento próprio aprovarem este documento, para que possamos trabalhar.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Ministro.

Não havendo mais questões, passemos a outro ministério.

Eram 11 horas e 15 minutos.

Faltaram à reunião os seguintes Srs. Deputados:

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Deolindo Luís da Trindade **da Mata**

Maria das Neves Baptista de Sousa

Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido da Convergência Democrática (PCD):

Jorge **Coreia**